

**O Papel da Academia Para o Processo de Construção da
Paz e Segurança em Moçambique**

João Carlos Colaço

Supervised by: Geir Gunnlaugsson and Jónína Einarisdóttir

May 2018

Final assignment submitted in partial fulfilment of the requirements for post-graduate degree in International Gender Studies at the United Nations University Gender Equality Studies and Training (UNU-GEST) Programme.

João Carlos Colaço

Reyjavík, Iceland, 2018

ACRÔNIMOS

CEDAW	Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women
GPS	Género, Paz e Segurança
MGCAS	Ministério do Género, Criança e Acção Social
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MINT	Ministério do Interior
MINEC	Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAM	Plano Nacional para o Avanço da Mulher
RPTC	Regional Platform for Training Centre
SADC	Southern African Development of Community
UN	United Nations

FIGURAS

Figura 1. *Sumário da Resolução 1325. Do: PeaceWomen,*

Figura 2. *Mulher soldado, numa guerra civil. YouTube, Published on Nov 13, 2014*

Figura 3. *A perspectiva de género nas forças armadas. Moçambique*

Agradecimentos

Participar do programa do UNU-GEST constituiu para mim uma oportunidade ímpar de aprender e partilhar experiências com professores e colegas, bem como estar em contacto com uma nova realidade socio-cultural.

Agradeço a equipa UNU-GEST pela competência organizacional e administrativa do programa, aos professores, pelos bons e oportunos ensinamentos das matérias ministradas. Aos meus supervisores Jónina, Geir e Pétur (supervisor informal), pela paciência, sabedoria e capacidade de orientação. Sem a colaboração e participação de todos, não seria possível a concretização deste objectivo.

O meu muito obrigado!!!

RESUMO

A guerra e o conflito na África adquiriram novas características após a descolonização da África e foram prejudicados pela corrupção e disputas sociais, políticas, étnicas e religiosas sobre o controle dos recursos naturais entre as elites africanas pós-independência. Com as mulheres africanas como vítimas, bem como os perpetradores excluídos das negociações de paz, resolução de conflitos e processos de integração social, este artigo chama a atenção para o papel que a academia pode desempenhar nas questões de gênero, paz e segurança em Moçambique.

O mesmo tem como objectivo servir de base para a elaboração e implementação de um Curriculum a ser administrado na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique, no curso de Sociologia. O curso destina-se aos estudantes. Entretanto, poderá ser destinado também às instituições do Governo, das agências das Nações Unidas e da Sociedade civil interessadas nos assuntos de género, paz e segurança.

ÍNDICE

Acrônimos	3
Figuras	4
Resumo	6
Índice	7
1. Introdução	8
2. Estrutura teórica	10
2.1 Mulheres, Guerras e Conflitos.....	12
2.2 O Contexto Africano de Guerras e Conflitos	14
2.3 Recursos Naturais e o Potencial de Conflito	15
2.4 União Africana e Resolução 1325	15
2.4.1 Experiência da SADC sobre a Género, Paz e Resolução de Conflitos	16
2.4.2 Experiência de Moçambique e Resolução 1325	17
2.5 Modelos Alternativos De Resolução de Conflitos	19
2.5.1 Uganda, Ruanda e Botswana e Colômbia.....	20
3. O Papel da Academia nos assuntos de Género, Paz e Segurança (GPS)	22
4. Considerações Finais.....	23
Lista de Referências.....	24
Anexo 1. Plano de Ação	28
Anexo 2. Plano Temático da Disciplina de Género, Paz e Segurança	33

1. INTRODUÇÃO

Os 16 anos de guerra civil em Moçambique (1976-1992) e os subsequentes períodos de instabilidade militar e política tiveram efeitos adversos na população moçambicana, além de prejudicar a economia do país. Segundo a comunidade internacional, os conflitos armados e os desastres naturais têm consequências devastadoras, inclusive o agravamento das disparidades entre mulheres e homens (UN Women, 2016, ver também OCDE, 2015). Isto é claramente visível na sociedade moçambicana hoje.

Em situações de conflito e pós-conflito, embora as mulheres tenham participado e liderado movimentos de paz, elas raramente fazem parte das negociações de paz (UN Women, 2016). Tem sido amplamente argumentado, como apontado pela ONU Mulheres Brasil, que “a exclusão das mulheres do processo de reconstrução limita o acesso a oportunidades de recuperação, a obtenção de justiça por abusos dos direitos humanos e a participação na elaboração de reformas legais e de políticas públicas” (UN Women Brazil, 2016). A comunidade internacional tem aceitado cada vez mais que incluir mulheres em processos de paz e reconciliação aumenta as chances de paz duradoura e sustentável. Ou como é argumentado pela Kvinna till Kvinna, uma fundação sueca dedicada à paz e igualdade de gênero: “Dar a representantes de toda a comunidade uma voz no processo de paz e reconciliação é essencial para alcançar a paz a longo prazo. Na maioria dos casos, no entanto, metade da população está excluída deste processo ” (Kvinna till Kvinna 2012). As estatísticas são claras: entre 1992 e 2011 apenas 4% dos signatários dos acordos de paz eram mulheres e menos de 10% dos negociadores de paz (ONU Mulheres 2016; ONU Mulheres 2012).

A Resolução 1325 da ONU (Figura 1, p. 8) nasce dessa consciência e reconhece o impacto desadequado dos conflitos e da guerra contra mulheres e homens, reafirmando os papéis importantes das mulheres nas negociações de paz e na prevenção de conflitos (OSAGI, n.d.). As estatísticas sobre sucessos e fracasso dos acordos de paz mostraram que quando as mulheres são incluídas nos processos de paz, a probabilidade de paz durar pelo menos dois anos aumenta em 20% e a probabilidade do acordo durar pelo menos 15 anos aumenta em 35% (UN Women 2016; Pedra 2015). Assim, a inclusão das mulheres nos processos de paz não é apenas sobre a paridade de gênero, mas também sobre a negociação e reconciliação de paz bem-sucedida e sustentável.

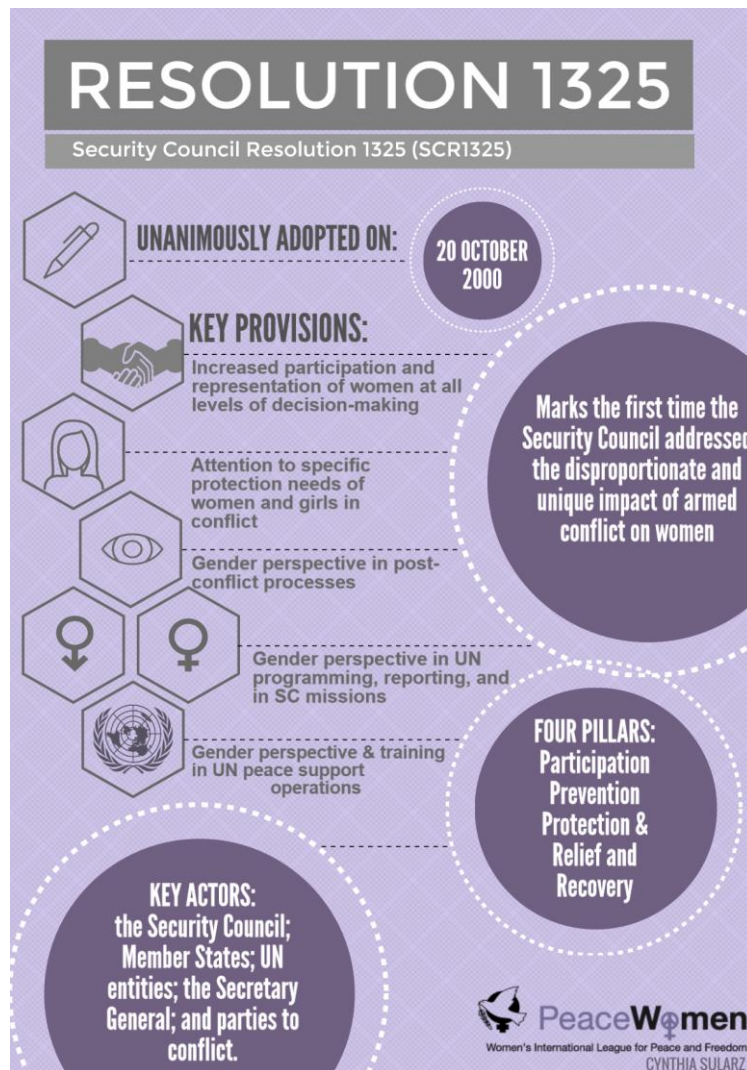


Figura 1. Sumário da Resolução 1325. Do: PeaceWomen, <http://www.peacewomen.org/SCR-1325>

Compreender a importância deste assunto no contexto moçambicano exige que olhemos para Moçambique em toda a sua diversidade, onde homens e mulheres detêm papéis e estatutos sociais diferentes (González, 2015). Essas diferenças de gênero marcam e afetam as relações de gênero nas áreas rurais e urbanas e podem ser encontradas em todos os setores da sociedade, inclusive no serviço civil e nas forças armadas. Dada esta situação de disparidades sociais baseadas no gênero, como podem os discursos académicos contribuir para uma integração maior e efectiva do gênero nas missões de paz e resolução de conflitos? Responder a essa questão requer, antes de mais nada, compreender que o fim da guerra ou do conflito não significa automaticamente o triunfo da paz. Pelo contrário, a paz em si pode esconder antigos descontentamentos, conflitos e desigualdades e degenerar em novas formas de violência, por exemplo, a violência baseada no gênero contra as mulheres.

Incluir mulheres nos processos de paz pode ajudar a evitar tais consequências. A comunidade acadêmica tem a capacidade de apresentar respostas ou abordagens científicas apropriadas para construir a paz e garantir a segurança das populações, comunidades e países afetados. Em alguns países, as instituições acadêmicas estabelecem fortes laços com a sociedade (Weber, 2017). É através de universidades, instituições de pesquisa e centros de produção de conhecimento que vários sectores da sociedade (políticos, económicos, sociais, etc.) buscam respostas para uma ampla gama de problemas que enfrentam. É neste contexto que o meio académico pode desempenhar um papel importante enquanto actor activo e catalisador positivo na promoção da cultura de paz e segurança em Moçambique, e na região da África Austral.

Sendo Moçambique um país vulnerável aos desastres ou calamidades naturais, e tendo passado por experiências de guerra e de paz, a abordagem/integração do género nas missões de Paz e Segurança pode ajudar a diminuir os impactos negativos sobre as mulheres e crianças. Neste âmbito, reforçar o papel e a capacidade das instituições como o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e o Ministério do Interior (MINT), com conhecimentos científicos e saberes práticos do género, é de significativa importância.

O presente projecto, a ser implementado em Moçambique, tem como objectivo:

- a) Introduzir na academia o debate sobre género, paz e segurança;
- b) Discutir, a partir de uma perspectiva académica, o impacto das guerras e conflitos sobre as mulheres mas, sobretudo, como é que elas podem participar e contribuir para a construção da paz e segurança;
- c) Subsidiar, com estudos e pesquisas, às instituições do governo e da sociedade civil que trabalham na área de promoção de género, paz e segurança.

2. ESTRUTURA TEÓRICA

O pós-colonialismo, como teoria, permitiu rever os instrumentos analíticos de interpretação das relações de poder e outras, entre o colonizador e o colonizado, assenta as suas bases em estudos e realidades dos espaços “anglo-saxónicos” e “francófonos”. Úteis para compreender a complexidade das relações entre ambos, contribuíram para a construção de novos olhares e identidades do colonizado e da mulher na construção social da realidade dos mesmos na sua relação com o “outro”. Entretanto, o estudo relevante e actual sobre o impacto dos conflitos armados nas antigas colónias portuguesas, foi

realizado por Moura (et al, 2013), intitulado *As invisibilidades da guerra*, cuja contribuição para a compreensão deste debate, é indispensável.

Um dos aspectos levantados no estudo da Moura (et al, 2013), é de que os estereótipos existentes em relação às mulheres, fez com que em vários processos de construção da paz e de resolução de conflitos, as mulheres fossem negligenciadas. E, no campo da academia, as mulheres têm sido as “grandes ausentes” nas análises sobre conflitos armados e nas políticas de reconstrução pós-conflito. A dominação masculina e a influência do patriarcado histórica e culturalmente determinados, são os principais factores da subalternização ou secundarização da mulheres nas relações de poder, bem como em outros espaços de socialização e integração. Assim, em termos teóricos, compreender a utilidade deste assunto significa olhar para Moçambique na sua diversidade onde, homens e mulheres são diferentes. Estas diferentes marcam e afectam as relações de género no meio rural e nas cidades e, em todos os sectores da sociedade, incluindo na função pública e nas forças armadas.

A interseccionalidade, como um instrumento analítico e de conhecimento sobre as relações de género, constituirá a base teórica para compreender e discutir o problema de Gender, Peace and Security no contexto moçambicano. A teoria da interseccionalidade tem como base, e procura analisar, as diferentes categorias biológicas, sociais, e culturais, tais como género, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta idade e outros eixos de identidade que interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos (Susanne 2000). Ela também toma em consideração as intersecções resultantes das identidade sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação.

Esta abordagem pode ser usado para entender como a injustiça e a desigualdade social sistémica ocorrem em uma base multidimensional, e o mesmo constituir um factor potencial de novas formas de conflitos (Waldorff, 2013). O deslocamento das populações, das suas terras para novos espaços implica, muitas vezes, capacidade de readaptação, bem como enfrentar a escassez de recursos. Esta última pode, em parte, constituir um factor causador de conflitos resultantes da disputa pelo acesso aos recursos entre as populações das elites nacionais (Waldorff, 2013)

Comum em períodos de guerra ou duma maior radicalização dum conflito, é a alteração, igualmente profunda, nas relações de género que podem começar, no campo da militarização uma certa cooperação entre homens e mulheres para o alcance dos mesmos objectivos (Moran, 2006). De acordo com Enloe (2007) uma das características da

militarização é o aproveitamento das e talentos de homens e mulheres. Neste aspecto, faz-se a inclusão do género, para a implantação e mobilização de material e recursos simbólicos. Todavia, estes processos nem sempre são lineares. Eles dependem de determinados momentos e lugares. Com efeito contrário, tais processos podem reforçar e naturalizar a desigualdade de género (Moran, 2010).

Tomando em consideração a imensa diversidade que caracteriza a sociedade moçambicana, do ponto de vista étnico, religioso, racial, cultural e histórico, bem como as assimetrias regionais existentes, as abordagens da interseccionalidade, da masculinidade e de género, são úteis para definir e encontrar as melhores formas de discutir a problemática de género na sociedade moçambicana, das mulheres e das suas necessidades em particular. Como propõe e afirma Porter (2015), o que resulta de uma construção, quer social, política ou cultural, pode ser transformado.

2.1 Mulheres, Guerras e Conflitos

Historicamente as guerras e conflitos foram espaços maioritariamente dominados pelos homens assim como, os processos de negociação de paz. Para se ter uma ideia, em relação a participação da mulher em processos de paz, entre 1992 e 2011, apenas 2% das mulheres participaram como chefes mediadores, 4% como observadoras e signatárias, e 9% como negociaadoras (UN Women, 2018)¹.

De acordo com a UN Women (2012), os conflitos armados e os desastres naturais têm consequências devastadoras, inclusive no agravamento das disparidades entre mulheres e homens. Para além de prejudicar a economia, têm como principais vítimas, não somente os homens mas, sobretudo as mulheres e crianças. O que está em jogo em situações de conflito e pós-conflito é que, ainda que as mulheres tenham participado e liderado movimentos de paz, elas raramente fazem parte das negociações de paz. Como reconheceu a UN Women (2017) do Brasil, “A exclusão no processo de reconstrução limita o acesso a oportunidades de recuperação, de obtenção de justiça para os abusos dos direitos humanos, e para participar na formação das reformas das leis e das instituições públicas” (UN Women, 2017).

¹ Ver UN Women. Facts and figures: Peace and security. <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/peace-and-security/facts-and-figures>

Na condição de deslocados ou de refugiados, muitas vezes as mulheres e as crianças, têm menos recursos para se protegerem sobretudo das violações dos direitos humanos e dos abusos sexuais (Moura at al, 2013), ainda que muitas mulheres participem dos esforços de desenvolvimento dos conflitos (Figura 2, p. 12), de forma activa, auxiliando os homens, ou os maridos, e, parte das crianças participando como soldados.



Figura 2. Mulher soldado, numa guerra civil. YouTube, Published on Nov 13, 2014

Existe um paradoxo marcado por uma situação de injustiça segundo a qual as mulheres participaram de guerras de independência (Santana, 2009) desempenhando diversas funções, como combatentes nas frentes de batalha ou assumindo funções burocráticas para os partidos militares e políticos. No entanto, apesar de seu papel na guerra, as mulheres, em sua maioria, não participaram de processos de negociação de paz ou resolução de conflitos (Moura at al, 2013), que ainda são fortemente dominados pelos valores tradicionais e pelo patriarcado.

Trata-se, na verdade, de alargar as oportunidades para as mulheres, nas áreas de paz e segurança, a semelhança do que Moçambique já tem vindo a fazer em outras áreas como as de Educação, Política e Governação. Experiências mostram que quando as mulheres

participam de um processo de negociação de paz, existe uma chance de 35% maior de um acordo perdurar por 15 anos ou mais (ONU Mulher, 2017).

Experiências em curso mostraram, também, alguma eficácia e mudanças fundamentais em processos de paz ou de resolução de conflitos, tal é o exemplo da Libéria, com o movimento das mulheres que obrigaram o governo a mudar o sentido da situação política e militar no país após uma guerra civil devastadora (Kathleen Jennings, 2014); o caso da Colômbia cujo processo de negociação da paz, envolveu, para além dos principais beligerentes, especialistas em questões militares, mulheres vítimas do conflito embora, em pequeno número porém, bastante significativo para o contexto actual e local (ONU Mulher, 2012).

Agir para a integração de género em assuntos de Paz e Segurança, seria agir em conformidade com a Resolução 1325 das NU como também, reconhecer que as mulheres são agentes de mudança, e capazes de alcançar e manter a paz, bem como evitar a violação dos direitos humanos.

2.2 O Contexto Africano de Guerras e Conflitos²

Foi somente no final dos anos 1980 que os conflitos internos na África mostraram algum sinal de desaceleração como resultado de uma série de fatores, como o fim da Guerra Fria, crises económicas no continente, e uma mudança de paradigma dentro dos países liderados pela África. Governos de esquerda, bem como um maior espírito de abertura e diálogo entre as forças políticas internas dos países africanos³. Não obstante, a União Africana⁴ condenou e não reconheceu governos não eleitos no poder através de golpes de estado. Assim, por várias razões, a escalada da violência e as ameaças à paz nas últimas décadas tornaram-se de grande preocupação e importância nos países africanos e no continente como um todo.

Tal escalada de violência e conflitos nas últimas décadas e anos pode ser encontrada em vários países africanos que foram fortemente afetados por movimentos migratórios como

² Para aprofundar este assunto sobre conflitos em África veja, por exemplo: Utas, 2012; Kaldor, 2006; Waldorff, 2008.

³ Em referência a novas dinâmicas em relação aos conflitos, governança e economia de mercado na África, o trabalho de Mats Utas, *Conflitos Africanos e Poder Informal: grandes homens e redes* (2012) capta bem a incapacidade entre a introdução de uma economia de mercado, parcialmente imposta por a comunidade internacional e sua expansão dentro dos territórios nacionais, abrindo caminho para o conflito.

⁴ Ver <http://peaceau.org>

resultado de conflitos, tensões étnicas e tribais, e por novos movimentos militantes armados. Exemplos notórios disso podem ser encontrados em países como a República Democrática do Congo, Somália, Nigéria, Mali, República Centro-Africana (Utas, 2012; Kaldor, 2006; Waldorff, 2008; Straus, 2012; Kalyvas, 2011) e Moçambique, para citar alguns. As causas e conseqüências dessas tendências recentes de violência ainda são pouco estudadas no contexto de conflitos e guerras no continente. No entanto, é claro que tais conflitos têm um efeito mais amplo no continente do que apenas nas áreas afetadas pelo conflito em questão. Por exemplo, Moçambique ainda tem campos de refugiados resultantes de conflitos na região dos Grandes Lagos e no Corno de África, assim como imigrantes de diferentes partes do continente, do Oriente Médio e da Ásia, que viajam para o país em busca de segurança e melhores condições de vida, vendo Moçambique como um portal para outros países africanos.

2.3 Recursos Naturais e o Potencial de Conflito

Os recursos naturais parecem encerrar em si, um elevado potencial de conflito. Tais conflitos são frequentes em exploração mineira artesanal em pequena escala. Uma das conseqüências da chamada “maldição dos recursos”, são os conflitos emergentes nos países ricos em recursos minerais e energéticos sobretudo os localizados em África. Pode-se considerar Moçambique como fazendo parte deste grupo. Na exploração e no acesso aos recursos naturais existentes nas comunidades, também observam-se disparidades do género, onde os homens assumem o controlo da exploração dos recursos, e as mulheres, quando podem participar, desempenham funções marginais semelhantes as realizadas no espaço doméstico como a preparação e venda de comida para os homens do garimpo.

2.4 União Africana e Resolução 1325

A Missão de Pacificação da ONU salienta a importância da participação plena e equitativa das mulheres como agentes activos na prevenção e resolução de conflitos, edificação e manutenção da paz.

Existem diversas experiências de implementação da resolução 1325 das Nações Unidas. Entretanto, antes da aprovação da resolução 1325, apenas 11% dos acordos de paz faziam referência a mulheres ou ao género (SADC, 2016). Desde então, esse índice subiu para 27%. Apesar do avanço, o resultado mostra que quase 75% dos acordos de paz fechados

nos últimos 15 anos não fizeram qualquer menção às mulheres. Em 2014, 88% de todos os processos de paz com participação da ONU envolveram mulheres (SADC, 2016). Isso significa um aumento de 50% em relação a 2011. Em 2015, a União Africana (UA) discutiu sobre as diversas formas de intervenção da mulher nas missões de resolução de conflitos em diferentes regiões do mundo. É sob esta umbrela que forças de paz femininas da Missão da União Africana encontram-se na Somália (AMISOM) (SADC, 2016). Pese embora Moçambique tenha experiências de guerras e conflitos, não existem dados sobre a participação das mulheres em missões de paz. A integração da abordagem de género nos assuntos de Paz e Segurança torna-se necessária como uma forma preventiva e de estabilidade interna, internacional.

2.4.1 Experiência da SADC sobre a Género, Paz e Resolução de Conflitos

Entre vários aspectos o protocolo da SADC (Southern African Development Community), organização regional para a promoção de desenvolvimento dos países da África Austral, na qual se inclui Moçambique, faz referências sobre a participação mulher nas missões de paz e segurança bem como do seu envolvimento em processos de construção da paz. Neste âmbito, o mesmo chama a atenção para os Estados membros possam assegurar que as mulheres tenham igual participação e representação em importantes cargos decisórios, nos processos de resolução de conflitos e de manutenção de paz, até 2015. Foi assim que alguns Estados membros da SADC participaram de missões de paz no continente e no mundo, com participação das mulheres que integraram as tropas de manutenção da paz desdobradas nas missões de manutenção de paz regionais e da ONU (SADC, 2016). De facto, o papel e presença das mulheres na manutenção da paz, consolidação da paz e de apoio é cada vez mais reconhecido. No Malawi, quase 50% da contribuição para as operações de manutenção da paz em 2015 era composta por mulheres (48,8%) e a Namíbia teve uma contribuição de 34,6%, abaixo dos 70,7% de 2012 (SADC, 2016). O Zimbabwe tem 22,7% das mulheres na força individual, embora não tenha mulheres entre os especialistas em missões, a semelhança do Lesotho e do Malawi.

Entretanto, para melhorar a capacidade para a pacificação e apoio a paz foi construído, em 1996, o Centro Regional de Formação para a Manutenção da Paz (RPTC) da SADC, no Zimbabwe, onde é promovido uma participação das mulheres nas suas actividades (SADC, 2016). Foi estabelecida uma relação entre processos de paz e de resolução de

conflitos com a comunicação social com o objetivo de educar as partes envolvidas em conflito e o público sobre os recursos existentes para a resolução de conflitos e casos bem-sucedidos de gestão de conflitos.

Resumindo, a integração da mulher na polícia, tem vindo a aumentar consideravelmente. Entre 2013 e 2014, a presença das mulheres, em alguns Estados Zâmbia e Namíbia, passou de 18% para mais de 30% (SADC, 2016). A tendência do aumento das mulheres, também verificou-se ao nível dos serviços prisionais, em alguns dos respectivos Estados.

2.4.2 Experiência de Moçambique e Resolução 1325

Uma das características encontradas em muitos países africanos é a sua diversidade étnica, tribal, linguística e religiosa (Bill Ashcroft, et al, 2007). Em Moçambique existem mais de 20 grupos étnicos constituídos por inúmeros subgrupos com diversas línguas, dialetos, culturas e histórias (Chichava, 2008). Embora polémico e bastante criticado, Huntington (1993) em "The Clash of Civilization" afirmou que os conflitos no pós-Guerra Fria poderão ter as suas origens decorrentes de tensões étnicas, tribais, religiosas, culturais e outras. A guerra civil em Moçambique, além das divergências ideológicas e tensão entre a nova administração pós-independência e as chefaturas tradicionais (Geffray, 1991), envolveu grupos regionais "claramente" localizados.

O estudo de Moran (2010), apontou que quando há inclusão de género, medidas como de justiça transicional tais como código legal reforma, reestruturação constitucional e de governança, comissões de verdade e reconciliação, reforma da posse da terra, e maneiras "tradicionais" de resolução de conflitos, são facilmente tomados em consideração uma vez que as mesmas, muitas vezes, afectam o género. O que está em jogo em situações de conflito e pós-conflito é que, ainda que as mulheres tenham participado e liderado movimentos de paz, elas raramente fazem parte das negociações de paz. Esta é, também, a experiência de Moçambique. Nesta perspectiva, como é que o Governo moçambicano poderia aumentar a presença das mulheres (Figura 3, p. 17) em missões de paz e de resolução de conflitos?

Ao nível nacional, existem instrumentos políticos e técnicos que ajudam a promover a integração de género em todos os sectores da sociedade. Alguns desses instrumentos são

a *Política de Género e sua estratégia de Implementação*⁵, o protocolo da SADC, sobre *Género e Desenvolvimento*⁶ e o *Plano Nacional para o Avanço da Mulher*⁷, que promovem a igualdade entre homens e mulheres na sociedade moçambicana (Constituição da República, art: 36), bem como instrumentos que lutam e criminalizam todas as formas de violência contra mulher (CEDAW)⁸. Tais instrumentos, que surgiram a partir da Declaração de Beijng, reforçaram o debate e promoveram acções concretas de integração do género nas políticas públicas, com ênfase na mulher e, tais instrumentos transformaram-se em compromissos “inadiáveis” e “irreversíveis”.



Figura 3. A perspectiva de género nas forças armadas. Moçambique.

É assim que o Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher 2018-2024, na área referente a intervenção do Governo de Moçambique, em relação a mulher, paz e segurança, apresenta como seu objectivo principal, “*assegurar o direito da Mulher de viver livre de discriminação, com dignidade, integridade e segurança no espaço público*”

⁵ Ministério da Mulher e Acção Social, (2008). Maputo, Moçambique.

⁶ Ver SADC (2016).

⁷ PNAM (2004). Governo de Moçambique.

⁸ Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women.

e privado de modo a participar na consolidação da paz”⁹. Do conjunto de acções propostas duas chamam a atenção por preverem a elaboração, implementação e monitoria do respectivo plano atinente a mulher, paz e segurança e o segundo, prevê acções de educação cívica sobre o impacto das práticas socio-culturais contra mulheres e raparigas.

Até 2017, dos dados analisados, sobretudo o da SADC, sobre género e desenvolvimento, existem experiências de participação das mulheres em missões de paz e resolução de conflitos por parte de alguns Estados membros mas, não existem informações sobre alguma experiência de Moçambique neste campo. Entretanto, prevê-se que a partir de 2018 Moçambique venha a fazer parte dos Estados activos neste processo, com 15% a 30% anuais de integração das mulheres em sectores de paz e segurança do MDN¹⁰, até 2024, em que o processo estará sob coordenação e responsabilidade do MDN e, em parceria com MINT¹¹, MINEC¹² e MGCAS¹³.

Sendo Moçambique um país vulnerável aos desastres ou calamidades naturais, incluindo aos conflitos, a abordagem/integração do género nas missões de Paz e Segurança pode ajudar a diminuir os impactos negativos sobre as mulheres e crianças (bem como, em tempo de guerra e de pós-conflito).

E, por último, Moçambique, tendo passado por experiências de guerra e de paz, tem lições aprendidas úteis para ensinar, e participar dos esforços humanitários de construção de paz e de resolução de conflitos com a participação activa das mulheres nestes processos. A integração das mulheres na economia, nos órgãos de tomada de decisões constitui um importante passo para os processos de prevenção e de resolução de conflitos.

2.5 Modelos Alternativos De Resolução de Conflitos

O potencial de conflito e situações recorrentes de uso da violência (muitas vezes armada) em África, para resolver diferendos políticos entre as partes envolvidas, e muitas vezes sem a devida eficácia, levou a que alguns países em conflito, recorressem ao novos modelos de resolução de conflito contrariando assim o clássico modelo de construção da paz ou de resolução de conflitos, chamada de “Paz liberal” (Hudson, 2012). O estudo de

⁹ PNAM (2017). Governo de Moçambique.

¹⁰ Ministério da Defesa Nacional. Moçambique.

¹¹ Ministério do Interior. Moçambique.

¹² Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. Moçambique.

¹³ Ministério do Género, Criança e Acção Social. Moçambique.

Mac Ginty (2013) mostrou o fracasso de muitas intervenções de paz e desenvolvimento em recente décadas. Argumentou ele que “*foram inteiramente antitéticas às práticas indígenas e tradicionais, considerando-os como inexplicáveis, opacos e contraditórios Intenções ‘iluminadas’ de paz liberal*” (Mac Ginty, 2013). E, como consequência, algumas organizações internacionais, estados e ONGs, mostraram interesse em abordagens tradicionais e indígenas para a construção da paz em situações de guerras civis (Mac Ginty, 2013). Este interesse surgiu em resposta, ou reação, às falhas das abordagens ocidentais dominantes para a “*pacificação*” de países em conflito. Alguns exemplos foram apresentados por Ginty em relação à alguns países como Uganda, Ruanda, Botswana, Colômbia, entre outros.

2.5.1 Uganda, Ruanda e Botswana e Colômbia

Sendo a guerra (e conflitos) um fenómeno de natureza política, compreender a sua origem é importante mas, sobretudo saber como evité-la no futuro, ou reduzir os seus impactos negativos (Carl Von Clausewitz, 1984).

Em 2002, a igreja Lutherana realizou uma cimeira onde foram apresentadas diversas experiências e lições apreendidas sobre técnicas tradicionais africanas de construção da paz (Mac Ginty, 2013). Tais técnicas incluíram:

- uma cerimônia de reconciliação ritual (Mato-Oput) entre Acholi no norte de Uganda;
- um sistema de justiça tradicional (Gacaca) em Ruanda; e
- uma reunião consultiva e judicial tradicional (Kgotla) no Botswana (Federação Luterana do Mundo, 2002).

Outro exemplo importante vem da Colômbia onde, a comunidade da Nasa formou um grupo de ativistas não-violentos, os chamados *Guardia Indigena* para resistir às incursões violentas por paramilitares (Mac Ginty, 2013). Armados apenas com um bastão ou decorados com um significado cultural da cultura da Nasa, o grupo incorporou a tradição da sua resistência pacífica em relação à exploração e violência (Peacework, 2004; Spindler, 2005, citado por Ginty, 2013).

A Africa do Sul realizou um processo de catarse, a partir da criação da Comissão da Verdade e Reconciliação onde, as pessoas contaram as suas histórias ou confessaram os seus crimes. Na experiência sul-africana foram apresentadas as vítimas dos crimes de guerra perpetrados durante o regime do Apartheid, testemunhas e potenciais culpados dos

abudos e violações dos direitos humanos e, partes deles, foram levados à justiça (Cintra, 2011). O que chama atenção para o respectivo processo foi uma larga presença de mulheres nas sessões do “juízo”.

Diante de factores empíricos e potenciais de conflito em Moçambique, haverá formas alternativas de resolução de conflitos de maneira sustentável? O que tem faltado em processos de negociação de Paz em Moçambique? Que experiências relevantes podem ser buscadas em outras realidades ou contextos?

Em três processos de paz ou de resolução de conflitos em Moçambique, que envolveram o Governo da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) prevaleu o princípio segundo a qual, a paz é feita com os actores da guerra. Este princípio representou a exclusão de actores não políticos bem como, de outras possibilidades, modelos ou alternativas de negociação de paz, possivelmente mais sustentáveis, muito embora, os acordos de paz, assinados em Roma, em 1992, tenham sido “apadrinhados” pela Igreja Católica.

O fim do conflito armado em Moçambique implicou apenas a participação das partes político-militares envolvidas no conflito. Esta experiência difere em larga medida da experiência sul-africana. Tanto a Igreja católica como os actores político-militares não envolveram as mulheres nas negociações de paz, muito embora, nos anos seguintes tenham sido realizadas campanhas de pacificação uma das quais se chamou Transformação de armas em Enxadas (BICC, 2004)¹⁴, levada a cabo por uma organização não-governamental, World Vision, sediada na Alemanha.

Entretanto, a pesar das mulheres terem participado activamente do conflito, elas foram relegadas para o segundo plano no processo de negociação da paz. A ausência das mulheres pode ter contribuído para um lento processo de integração da perspectiva do género, não somente em diferentes sectores da sociedade como também, nas esferas, político-militares.

¹⁴ Bonn International Centre for Convention

3. O PAPEL DA ACADEMIA NOS ASSUNTOS DE GÊNERO, PAZ E SEGURANÇA (GPS)

As mulheres foram deixadas para trás e ignoradas durante o processo de desmobilização e reintegração de Moçambique, que começou em 1992 e foi levado a cabo pelo Governo de Moçambique com o apoio das Nações Unidas (ONU, 2017). Muitas famílias foram afetadas negativamente e, embora as mulheres tenham sido amplamente excluídas da economia formal no período pós-conflito, encontraram uma forma alternativa de sobrevivência através da economia informal (Casimiro, 2011).

Como foi visto por Moura et al. (2009), os estereótipos existentes de mulheres (como não-combatentes e vítimas pacifistas) levaram as mulheres a serem contornadas e ignoradas nos processos de construção da paz e resolução de conflitos e podemos ver que na academia as mulheres têm sido "grandes ausentes" nas análises de conflitos e políticas de reconstrução pós-conflito.

No entanto, a academia desempenha um papel importante na discussão de gênero, paz e segurança, na medida em que pode contribuir para novos conhecimentos e pesquisas, definindo regras de resolução de conflitos baseadas em conhecimento científico, elaboradas dissertações sobre processos de construção da paz e resolução de conflitos. Diversas experiências e abordagens, para desenvolver pesquisas em diversas áreas, incluindo direito, ciência política, sociologia, antropologia, psicologia, pedagogia sobre questões de paz e resolução de conflitos a partir de uma perspectiva de gênero, e sobre o papel que as mulheres podem e devem desempenhar nessas questões.

A academia pode refletir sobre as análises das causas das guerras e conflitos, suas tipologias e conseqüências para as comunidades, Estados e nações, e apresentar propostas inovadoras e encorajadoras para construir processos mais sustentáveis de paz e resolução de conflitos e desenvolver ferramentas de monitoramento e avaliação dos processos de paz. e resolução de conflitos.

A experiência de Moçambique em conflitos armados e processos de paz pode ser capitalizada através de estudos e discussões no campo da academia, e serve para fortalecer instituições estatais e organizações da sociedade civil com programas de treinamento e capacitação, além de contribuir com conhecimento científico para a definição e desenvolvimento institucional, políticas em matéria de gênero, paz e segurança.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração de uma abordagem focada no género nas questões de paz e segurança torna-se necessária como medida preventiva contra os surtos de conflito e uma paz frágil, bem como a estabilidade interna e internacional. No entanto, embora Moçambique tenha experimentado guerras e conflitos, não existem dados sobre a participação das mulheres em missões de paz.

Através da experiência de guerra e paz de Moçambique, aprendeu lições que podem ser compartilhadas e são uma participação útil nos esforços humanitários de construção da paz e resolução de conflitos com a participação ativa das mulheres nesses processos.

Análises das causas ou origens de guerras e conflitos armados, suas tipologias e conseqüências para comunidades, nações e estados devem ser levadas em conta, bem como experiências inovadoras e encorajadoras que nos permitiram construir processos de paz e resolução de conflitos de maneira sustentável. .

Não há dúvida de que a integração de gênero nas missões de paz e segurança pode ajudar a reduzir os impactos negativos nas sociedades, especialmente para mulheres e crianças. Neste contexto, o reforço do papel e da capacidade de instituições como o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e o Ministério do Interior (MINT), com conhecimentos científicos e práticos, é de importância significativa. Neste processo, a academia têm um papel importante. Na base disto, este plano de ação era elaborado.

LISTA DE REFERÊNCIAS

- Alma, E., Côté, G., Rankin, P. and Ibrahim, A. (2015). Gender, Women's Economic Empowerment and Artisanal Mining. Uganda-Kampala, June 30.
- Brandão, A. (2011). Vinte anos depois: mapeando o quadro teórico e a agenda de pesquisa dos estudos de segurança. Universidade do Minho, I Congresso Internacional do OBSERVARE 16 - 17 - 18 Novembro.
http://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3278/1/Ana_Paula_Brandao.pdf
- BICC (Bonn International Centre for Convention). (2004). Transformação de Armas em Enxadas: a abordagem TAE para um desarmamento prático. Director Peter Croll. WORLD VISION Alemanha.
- Ashcroft, B., Griffiths, G. and Tiffin, H. (2009) Post-Colonial Studies: The Key Concepts. 2nd Edition, 2007, Routledge, Reprinted.
- Carvalho, Sol. (1988). História de Moçambique. Vol. 1, Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886). Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de História, UEM : Tempo.
- Casimiro, I. (2011). Empoderamento Económico Da Mulher, Movimento Associativo E Acesso A Fundos De Desenvolvimento Local. Centro De Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique. XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Socais. Salvador, Bahia. Brasil.
- Cintra, A. (2011). As Comissões de Verdade e Reconciliação: O caso da África do Sul. Consultoria Legislativa. Estudo. Câmara dos Deputados. Brasil.
- Chichava, S. (2008). Por uma leitura sócio-histórica da etnicidade em Moçambique. IESE, Maputo, Moçambique. www.iese.ac.mz
- Clausewitz, C. (1984). On War. Ed. & Transl. by Michael Howard and Peter Paret (1976), NJ: Princeton University Press (Indexed Edition).
- Enloe, C. (2007). Globalization and Militarism: Feminists Make the Link. Lanham, MD: Rowman & Littlefield OSAGI (n.d.). Landmark Resolution on Women, Peace and Security. Available online: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/>. Accessed: 30.4.2018.
- Geffray, C. (1991). A Causa das Armas: Antropologia de uma Guerra Contemporânea em Moçambique. Editora Porto, Afrontamento.

- González, A. (2015). Estudo de Gênero: A actual situação das mulheres em Cabo Delgado. Para MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento) e Action Aid Moçambique. Cabo Delgado.
- Hudson, H. (2012). ‘A double-edged sword of peace? Reflections on the tension between representation and protection in gendering liberal peacebuilding.’ *International Peacekeeping* 19(4): 443-460.
- Huntington, S. (1993). The Clash Of Civilization. *Foreign Affairs*, Vol. 72, No. 3 (Summer, 1993), pp. 22-49 Published by: *Council on Foreign Relations Stable* URL: <http://www.jstor.org/stable/20045621>.
- Kalyvas, S. (2011). "New" And "Old" Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*/Volume 54/Issue 01/October 2001, Pp 99 – 118. Published Online: 13 June 2011.
- Kvinna till Kvinna (2012). Women are Important in Peace Processes. Fact Sheet. Stockholm: *The Kvinna till Kvinna Foundation*. Available online at: <http://thekvinnatillkvinnafoundation.org/en/files/qbank/81ca0262c82e712e50c580c032d99b60.pdf>. Accessed: 30.4.2018.
- Mac Ginty, R. (2008). Indigenous Peace-Making Versus the Liberal Peace. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*/Vol. 43(2): 139–163. © NISA 2008 www.nisanet.org /SAGE Publications, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore. www.sagepublications.com
- Ministério do Género, Criança e Acção Social. (2006). Política de Género e Estratégia de Implementação.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social. (2017). IV Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher 2018-2024.
- ONU Mulheres, Brasil. (2017). <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/paz-e-seguranca/>.
- ONU News (2017). Missões de paz da ONU são “investimentos em paz e prosperidade globais”. *Perspectiva Glonal, Reportagens Humanas*. <https://news.un.org>
- OSAGI (n.d.). Landmark Resolution on Women, Peace and Security. Available online: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/>. Accessed: 30.4.2018.

- SADC. (2016). Monitoria de Género e Desenvolvimento da SADC.
- Stone, L. (2015). Study of 156 peace agreements, controlling for other variables. *Quantitative Analysis of Women's participation in Peace Processes in Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes*, Annex II
- Straus, S. (2012). Wars Do End! Changing Patterns Of Political Violence In Sub-Saharan Africa. *African Affairs*, 111/443, 179–201. Published by Oxford University Press.
- Susanne V. (2005). “Intersectionality – a theoretical inspiration in the analysis of minority cultures and identities in textbooks”, in: Bruillard, Éric.....October 2005, Utrecht. The Netherlands: International Association for Research on Textbooks and Educational Media (IARTEM), PP. 61-76, oclc 799730084. Pdf., (<https://pt.mWikipédia.org>)(Knudsen)
- Moura, T., Roque, S., Araújo, S., Rafael, M. e Santos, R. Invisibilidades da guerra e da paz: Violências contra as mulheres na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola. p. 95-122. <https://journals.openedition.org/rccs/240>;
- Moran, M. (2010). *Gender, Militarism, and Peace-Building: Projects of the Postconflict Moment*. Department of Sociology and Anthropology, Colgate University, Hamilton, New York 13346.
- UN Women. (2012). *UN Women Sourcebook on Women, Peace and Security*, p. 6, citing *Women's Participation in Peace Negotiations: Connections Between Presence and Influence*, p. 2.
- UN Women. (2016). *Facts and Figures: Peace and Security*. Available online: <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/peace-and-security/facts-and-figures>. Accessed: 30.4.
- UN Women. (2018). *Facts and figures: Peace and security*. <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/peace-and-security/facts-and-figures>
- União Africana. (2015). Conferência Da União Africana Vigésima Quinta Sessão Ordinária 14 – 15 De Junho De 2015 Joanesburgo, África Do Sul. website: www.au.int

- Utas, Mats. (2012). Introduction: Bigmanity and network governance in African conflicts. In *African Conflicts and Informal Power: Big men and Networks*. Nordic Africa Institute, Uppsala, Sweden. Edited by Mats Utas.
- Waldorff, P. (2008). “New War” Theory in Africa: A Critical Examination. McGill University.
- Weber, Marx, (2017). A ciência e a política como ofício e vocação. Editor Relógio D’Água, Coleção Atropos.

ANEXO 1. PLANO DE AÇÃO

O curso de *Género, Paz e Segurança (GPS)* será, a prior, destinado aos estudantes de nível de licenciatura em sociologia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (FLCS).

Sobre a disciplina/Curso de Género, Paz e Segurança

De acordo com os dados da tabela abaixo, cada ano de frequência no curso de Sociologia, são inscritos uma média de 70 estudantes por ano. Cinco à sete disciplinas têm sido administradas por cada semestre, e por cada ano de frequência.

Dados de Sociologia

Curso	Sexo Masculina	Sexo Feminino	Total
Graduados			
2015	8	14	22
2016	36	42	78
2017	29	33	62
Frequência em 2018			
1º Ano	26	49	75
2º Ano	29	51	80
3º Ano	34	41	75
4º Ano	31	42	73

Dos números acima, cada uma das disciplinas lecionadas recebe em média, 35 alunos. Como pode-se observar, em relação ao curso de *Género, Paz e Segurança*, este poderá abranger uma média de 30 estudantes por semestre sendo, na sua maioria, do sexo feminino.

Implementar o respectivo plano de ação implica reconhecer e identificar os stakeholders em Moçambique e algumas entidades influentes, do ponto de vista de formação de opinião, e de tomada de decisões. Assim, o diagrama abaixo indica alguns actores que podem ser úteis para a implementação e efectivação do projecto na universidade sobre *Género, Paz e Segurança*.

Nº	Acção/Actividades	Objectivos	Datas
1	Com Departamento de Sociologia	Dar a conhecer os resultados da formação em GEST e os mecanismos de implementação do curriculum (as perspectivas do trabalho)	.../07/2018
2	Departamento de Sociologia com o CeCaGe	Definir as condições e as modalidades do funcionamento do projecto/cursos	.../07/2018
3	Departamento de Sociologia, CeCaGe e o UN Mulher	Harmonizar com a UN Mulher acções de seguimento em relação as actividades de formação	.../07/2018
4	Dialogo com os Estudantes	Dar-lhes a conhecer os objectivos do curso sobre GPS, e suas perspectivas	.../07/2018

5	Departamento de Sociologia, CeCaGe e o UN Mulher com MGAS, MDN e MINT	Definir e harmonizar ações de seguimento, mais alargadas, em relação à pequenas capacitações e formações em GPS	.../08/2018
6	Dep. Sociologia, CeCaGe , UNMulher com a Assembleia da República	Dar a conhecer à Comissão dos Assuntos de Defesa e Segurança as capacidades e os serviços existentes na área de GPS.	.../08/2018
7	Análiser e avaliar o resultado global dos encontros realizados com os principais stakeholders	Elaborar um plano de actividades mais alargado para os períodos subsequentes	.../09/2018

Resultados Esperados

O Logical Framework abaixo apresentado mostra o impacto da actividade a ser desenvolvida anualmente a partir do período em que a mesma for implementada.

Logical Framework:

Metas		Indicadores		Fontes de Verificação		Premissas	
1	Formação de estudantes em assuntos de género, paz e segurança	1.1	25 estudantes formados	1.1.1	Resultados finais de avaliação semestral	1.2	Adesão ao curso de cerca de 30 estudantes
2	Trabalhos de fim do curso (Dissertação)	2.1	2 Dissertações sobre questões relacionadas (por ano)	2.1.1	Dissertações disponíveis na biblioteca para consulta	2.2	Incentivar os estudantes finalistas a desenvolverem pesquisas sobre GPS
3	Produção académica sobre GPS	3.1	1 palestra pública sobre GPS	3.1.1	Palestra resultante de pesquisas realizadas	3.2	Incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre experiências ou memórias de guerras, paz e resolução de conflitos em Moçambique
4	Influenciar políticas institucionais para uma maior	4.1	Aumento do número de mulheres nas missões de paz	4.1.1	Efectivação de integração de 15% anuais de mulheres, nas ações de GPS,	4.2	O PNA de 2018 prevê a inclusão de 15% anuais de mulheres na áreas de GPZ

	integração de assuntos de GPS		e de resolução de conflitos		por parte do Ministério da Defesa Nacional, de acordo com PNA 2018		
--	-------------------------------	--	-----------------------------	--	--	--	--

A análise para a implantação de um projecto contará com a aplicação da *teoria de mudança* e ações de lobbying e advocacia de modo a convencer e envolver os diferentes stakeholders no processo. Passos a serem dados:

- a) Elaborar um plano curricular (Ver: anexo 2)
- b) Estabelecer um dialogo com o Departamento de Sociologia e com os colegas que lecionam algumas disciplinas com abordagem de género. Tres colegas estão a terminar as suas formações nestas áreas;
- c) Convencer outros actores internos como a Direção da Faculdade de Letras e Ciências Sociais a incluir no plano/programa curricular uma disciplina sobre Género, Paz e Segurança (Ou como Disciplina ou como um módulo com conjunto de uma disciplina sobre género onde outros assuntos podem ser incluídos)
- d) Estabelecer um simultâneo uma das partes interessadas nesta matéria que são o CeCage e a ONU Mulher em Moçambique;
- e) Após os consensos alcançados, preparar um plano de execução;
- f) Estabelecer parcerias com o MDN, MGCAS e MINT; e
- g) Fazer lobby e ações de advocacia junto de actores políticos e potenciais financiadores do projecto.

Nº	Actividades	Datas
1	Preparação do curso	.../.../ 2018
2	Contratação de docentes	.../.../ 2018
3	Secções de treinamento da equipe de trabalho	.../.../ 2018
4	Identificação de espaços para a implementação do projecto	.../.../ 2018
5	Início das aulas/curso – 2019 (1º ou 2º Semestre)	.../.../ 2019
6	Identificação de um Administrativo e de uma Secretária (?)	.../.../ 2018
7	Realização de Cursos de curta duração (2/3 Dias) sobre GPS	.../.../ 2018

Entretanto, o alcance dos resultados esperados poderão, em parte, depender de alguns pressupostos que acima são apresentados bem como de alguma disponibilidade financeira para a sua execução, em conformidade do que resultar das discussões entre as partes directamente envolvidas no projecto: a UEM, CeCaGe e a UN Mulher de Moçambique.

Perspectivas

Este curriculum poderá servir de base para o desenvolvimento das actividades de formação e capacitação, de curso duração, às instituições públicas e da sociedade civil, interessadas, sobre matérias de género, paz, segurança e resolução de conflitos, em conformidade com a visão e missão CeCaGe e da UN Mulher de Moçambique.

1. ANÁLISE DO SWOT

Tornar executável este plano de ação implica tomar em consideração um conjunto de aspectos que pode ser positivos, ou os que podem mostrar a sua inviabilização. A tabela abaixo faz uma breve análise do modelo SWOT:

Forças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none">• Existem antecedentes históricos, reconhecidos, de participação da mulher em ações militares – na luta pela independência e na guerra civil;• O governo, as OSC e a sociedade, reconhecem as disparidades existentes na educação, na economia e na política, e assumiram a importância de integração de género nos respectivos sectores;• Já existe uma política de género e uma estratégia de implementação do governo, aprovada em 2006;• A abordagem de género já é implementada em vários programas e sectores da sociedade;• Há uma enorme visibilidade de integração de género na função pública, na educação, nos órgãos e processos de tomada de decisão, etc, isto é, há um aumento significativo das mulheres no parlamento, na função pública assumindo funções de chefia, e há mais raparigas e rapazes no sistema nacional de ensino;• O departamento de Sociologia conta com alguns Docentes que discutem a problemática de género em diferentes perspectivas como a da <i>Violência</i> e do <i>Desenvolvimento</i>;	<ul style="list-style-type: none">• Existe um grande incentivo da ONU Mulher;• Apoio da Comunidade Internacional aos planos sociais e económicos do Governo de Moçambique;• Incentivo, dos Países doadores ao orçamento do Estado, da abordagem de género;• Colaboração de diferentes OSC na implementação do projecto sobre género, paz e segurança;

<ul style="list-style-type: none"> • Existe o CeCaGe como um órgão na formação e capacitação em matéria de género na UEM e é beneficiária dos apoios da ONU Mulher em Moçambique e boas relações em colaboração/cooperação. 	
Fraquezas	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de infra-estrutura para a implementação do projecto com uma relativa autonomia financeira e administrativa; • Falta de disponibilidade financeira ao nível da UEM e do Departamento de Sociologia; • Ausência de incentivo e motivação aos Docentes; • Diminuição do debate na universidade sobre nacionais sobretudo, políticas, consideradas por alguns como uma ameaça a segurança do Estado; 	<ul style="list-style-type: none"> • Há um Gap existente entre as políticas definidas e aprovadas pelo Governo e vontade política e capacidade de efectivação da Plano Nacional de integração do género no sector da defesa nacional; • Conseguir o apoio político de alguns sectores do Governo como o da Defesa Nacional e da Polícia; • Má interpretação por parte de alguns sectores do Estado/Governo, em questões de assuntos de “segurança”, como sendo uma ingerência ou usurpação de áreas de trabalho ou de actuação; • Disponibilidade de financeira em consequência da crise;

2. Metodologia para o Desenho da Proposta Curricular

O presente proposta curricular resulta de combinação de alguns/diferentes curriculos existentes, incluindo aqueles que foram administrados no presente curso sobre Gender Equality do UNU-Gest. Assim, partes dos mesmos foram aproveitados e adaptados para a criação da presente proposta.

Os matérias encontrados e que foram objecto de análise para este trabalho discutem sobre os mais diferentes aspectos relacionados com a problemática de gender em questões de guerras e conflitos sobretudo sobre o lugar ocupado pelas mulheres, tanto em situações de guerra e conflitos bem como em processos de construção de paz. Há, igualmente, uma vasta gama de estudos realizados sobre a violência perpetradas contra mulheres. As principais formas ou tipologias de violência são sexual, física e psicológica.

O principal constrangimento este processo foi o de encontrar uma variedade de modelos. O que chama atenção sobre isso, é a constatação de que cursos e curriculum, especialmente sobre Gender, Peace and Security, não são abundantes em muitas universidades aliás, o assunto de Gender and Peace aparecem mais associados com o Conflito, e raramente com questões de Segurança.

ANEXO 2. PLANO TEMÁTICO DA DISCIPLINA DE GÉNERO, PAZ E SEGURANÇA

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

UNU-GEST, 2018

Disciplina	Género, Paz e Segurança
Ano	2019
Semestre
Carga horária total	64 horas (16 Semanas)
Aulas teóricas	0...
Aulas práticas	0...

INTRODUÇÃO

A cadeira de *Género, Paz e Segurança* pretende discutir questões sobre o Género e sua relação com assuntos de Paz e Segurança. Dará ênfase às principais teorias e conceitos de género bem como buscará discutir às experiências de Moçambique e da região (África Austral) sobre a inclusão de Género nos processos de tomada de decisão e nas missões de resolução de conflitos. Para além dos aspectos acima referidos apresentará, para efeitos de conhecimento e discussão, um quadro geral de algumas das correntes teóricas de género, em especial Gender equality, Gender mainstreaming e theories of change, e trazer as construções e o papel que a Universidade Eduardo Mondlane pode assumir em matérias de Género, paz e Segurança em Moçambique.

FUNDAMENTAÇÃO

A problemática de Género, Paz e Segurança, e sua relação com a contribuição que a academia pode dar, constitui o principal objectivo desta disciplina.

Tomando como referência Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, assolados por conflitos armados, os períodos pós-guerra não significaram, necessariamente, o triunfo da paz social tendo, ao contrário, escondido ou camuflado velhos conflitos e violências, sobretudo contra as mulheres. Uma das razões para esta situação devem-se aos estereótipos existentes em relação às mulheres, o que fez com que em vários processos de construção da paz e segurança, a mulher fosse negligenciada (Tatiana Moura, Sílvia Roque, <https://journals.openedition.org/rccs/240>).

A integração da abordagem de género nos assuntos de Paz e Segurança torna-se necessária porque, ainda de acordo com Tatiana Moura, Sílvia Roque (2009), outras formas de violência pós-conflito, velhas violências que existiam já no período anterior ao conflito, entre as quais, as violências contra mulheres, que, no período pós-guerra, elas se tornam potencialmente mais letais em virtude da disponibilidade de armas de fogo. Nos períodos pós-guerra, a violência anterior tem assumido novas características que se tornam, elas também, em novas fontes de insegurança. Esta situação tem sido comum em sociedades onde tem dominado o modo neo-liberal de negociação e gestão de paz e do conflito.

Países como Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, forma “as mulheres, em concreto, têm sido o ausente social por excelência nas análises sobre conflitos armados e nas políticas de reconstrução pós-conflito.” (Tatiana Moura, Sílvia Roque, 2009).

No caso de Moçambique, o período pós-guerra, a partir de 1992, durante o processo de desmobilização, desarmamento e reintegração, e nos períodos subseqüentes, a mulher foi “a grande esquecida” dos respectivos programas desenvolvidos pelo Governo de Moçambique e pelas Nações unidas cujas consequências levaram a desintegração das famílias e muitas delas encontraram no sector informal uma forma alternativa de sobrevivência.

Na Guiné-Bissau, o cotidiano é caracterizado pela manutenção permanente de instabilidade político-militar, enquanto que no meio rural, o conflito armado aumentou a pressão sobre os recursos com que as mulheres trabalham, cuja consequência será o aumento da pobreza e outras formas de privação e violência. Já em Angola, a situação apresenta-se bastante complexa. Marcada por uma enorme destruição e desintegração familiar em consequência de uma guerra prolongada que fez com que as mulheres assumissem responsabilidade tradicionalmente conferidas aos homens, muitas refugiaram-se para a grande Luanda entretanto, muitas sem acesso a educação e saúde de qualidade e muitas ingressaram no sector informal como forma de manter a sobrevivência pessoal e familiar.

O Papel da Universidade

Em alguns países, as instituições académicas estabelecem fortes laços com a sociedade. É através de instituições de pesquisa ou, de produção de conhecimento que diversos sectores da sociedade (político, económico, social, etc) vão buscar respostas para os problema que elas enfrentam. Há uma forte crença na ciência como um instrumento de construção de conhecimento e de transformação do mundo e da realidade. Assim, as instituições académicas, como as universidades, centros de excelência de produção do conhecimento do científico e do desenvolvimento da pesquisa, deram provas e contribuições que ajudaram no progresso da humanidade.

A implantação de universidades em Moçambique tem, em parte, a missão de cumprir com esta função social, política e humanitária. É neste contexto que as universidades podem desempenhar um papel importante como um actor activo/catalizador positivo na promoção da cultura de paz e segurança em Moçambique e na região da África Austral. Entretanto, esse processo, que tem sido desenvolvido pelos governos dos países membros da SADC, é ainda pouco dialogante com as universidades e centros de pesquisa, com excepção da Africa do Sul.

Sendo Moçambique uma sociedade marcada, historicamente, por guerras e conflitos, pobreza e exclusão social, associado a doenças endémicas como a malária e HIV/SIDA, pela fome e calamidades naturais cíclicas como secas e cheias e por elevados índices de criminalidade, a realidade é construída numa situação de vulnerabilidade, instabilidade e, caracterizada por um futuro de incertezas. Uma atitude conducente à alteração desta situação estaria em conformidade com a resolução 1325 das Nações Unidas referente à Mulher, Paz e Segurança. Que contribuições a academia (Universidade Eduardo Mondlane) pode dar para a construção

da paz e segurança em Moçambique? Como é que a problemática da Paz e Segurança pode ser discutida na óptica de Género?

OBJECTIVOS DA DISCIPLINA

Dar a conhecer aos estudantes outras abordagens teóricas, metodológicas e modelos de análise da realidade social baseadas nas relações de género e a sua relação com assunto de paz e segurança. Também, aplicá-las corretamente, bem como correntes do pensamento sociológico pós-moderno que se situam entre a abordagem holística de gender e a partir do post-colonial, post-secular e queer theories.

INDICAÇÕES METODOLÓGICAS E DE ORGANIZAÇÃO

a) Critérios para Frequência da Disciplina

A disciplina será de frequência obrigatória, devendo ao estudante, não possuir mais do que três (3) faltas (injustificadas) de frequência, as quais poderão levar a perda ou reprovação em consequência da mesma.

b) Tipo de Aulas e Formas de Lecionamento

As aulas serão expositivas e de carácter teórico-práticas e serão antecedidas de leituras prévias dos textos recomendados de acordo com o programa temático e com a bibliografia apresentada. As aulas pratico-teóricas serão realizadas a partir de questões dadas, debatidas em grupo pelos alunos dentro ou fora da sala de aulas, cujos resultados deverão ser apresentados pelos alunos para discussão em conjunto e sintetizadas, no fim, pelo professor.

c) Sistema de Avaliação

Dois trabalhos, no mínimo, serão realizados pelos estudantes. O 1º fora da sala de aulas (50%) e o 2º, dentro da sala de aulas (50%). A participação do aluno em sala de aula será de importância fundamental, bem como a sua presença/assiduidade, para o contexto geral de avaliação do estudante.

LITERATURA BÁSICA/OBRIGATORIA

- Connell, R. W. (n. d.). *Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena*. Faculty of Education and Social Work University of Sydney.
- Connell, R. W.; Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *GENDER & SOCIETY*, Vol. 19 No. 6, December 2005 829-859, Published by: SAGE, <http://www.sagepublications.com>
- Ouzgane, L.; Robert Morrell, R. (2005). *African Masculinities: Men in Africa from the Late Nineteenth Century to the Present*. Published in 2005 by University of KwaZulu-Natal Press, pp 1-20. Private Bag X01, Scottsville 3209. South Africa
- Moghadam, V. M. (2005). *Globalizing Women: Transnational Feminisms Networks*. The Johns Hopkins University Press.
- Auga, U. (2015). Decolonizing Public Space: A Challenge of Bonhoeffer's and Spivak's Concepts of Resistance, 'Religion' and 'Gender'. *Feminist Theology* 2015, Vol. 24(1) 49–68. SAGE, fth.sagepub.com
- Patil, V. (2013). From Patriarchy to Intersectionality: A Transnational Feminist Assessment of How Far We've Really Come. Vol. 38, No. 4, *Intersectionality: Theorizing Power, Empowering Theory* (Summer 2013), pp. 847-867. Published by: The University of Chicago Press
- Sandra Harding 1986. *The science question in feminism*, Ithaca: Cornell University Press, pp. 15-29.
- Lene Hansen 2014. 'Ontologies, epistemologies, methodologies', in Laura J. Shepherd (ed.) *Gender matters in global politics: a feminist introduction to International Relations*, London: Routledge, pp. 14-23.
- Anna M. Agathangelou & Heather M. Turcotte. 2014. 'Post-colonial theories and challenges to first world-ism,' in Laura J. Shepherd (ed.) *Gender matters in global politics*. London: Routledge.
- Hearn, Jeff. 2012. "Men/masculinities: war/militarism – searching (for) the obvious connections?" in Annica Kronsell and Erika Svedberg (eds.) *Making gender, making war: violence, military and peacekeeping practices*. London: Routledge, pp. 35-50.

- David Duriesmith 2017. *Masculinity and new war: the gendered dynamics of contemporary armed conflict*. London: Routledge.
- Laura Sjoberg, "Introduction to *Security Studies: Feminist Contributions*," *Security Studies* 18 (2009): 183-213.
- Gusterson, Hugh. 2007. *Anthropology and Militarism*. Department of Sociology and Anthropology, George Mason University, Fairfax.
- Moran, Mary H. *Gender, Militarism, and Peace-Building: Projects of the Postconflict Moment*. Department of Sociology and Anthropology, Colgate University, Hamilton, New York 13346; 2010.
- Cynthia Enloe 2000, *Maneuvers: The international politics of militarizing women's lives*. Berkeley: The University of California Press, pp. 1-34.
- Rashida Manjoo & Calleigh McRaith 2011. 'Gender-based violence and justice in conflict and post-conflict areas.' *Cornell International Law Journal* 44(1): 11-31.
- Lori Handrahan. 2004. 'Conflict, gender, ethnicity and post-conflict reconstruction', *Security Dialogue* 35(4): 429-442.
- Inger Skjelsbæk 2001. 'Sexual violence and war: mapping out a complex relationship.' *European Journal of International Relations* 7(2): 211-237.
- D. Pankhurst. 2008. 'Post-war backlash violence against women', in D. Pankhurst (ed.) *Gendered Peace*, London: Routledge.
- L. Shepherd & C. Hamilton (2016) 'Gender and peacebuilding', in S. Sharoni et al. (eds.) *Handbook on Gender and War*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Ltd., pp. 467-482.
- Sanam Anderlini 2007. *Women building peace: what they do, why it matters*. London: Lynne Rienner Publishers.
- Sarah Smith. 2018. 'Gendered identities in peacebuilding', in Christine Agius & Dean Keep (eds.) *Making, displacing and disrupting identity: discourses, culture and politics*. Manchester: Manchester University Press.
- Sarah Smith. 2017. 'Accountability and sexual exploitation and abuse in peace operations.' *Australian Journal of International Affairs* 71(4): 405-422.
- Kathleen Jennings 2014. 'Service, sex and security: gendered peacekeeping economies in Liberia and the Democratic Republic of Congo.' *Security Dialogue* 45(4): 313-330.

- Fritz, Jan Marie. 2010. *Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 340-353.
- Guerra, Lúcia Helena B. 2013. *Políticas E Programas Para Igualdade De Gênero Em Moçambique*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.
- Paul Kirby & Laura J. Shepherd 2016. 'The futures past of the Women, Peace and Security agenda.' *International Affairs* 92(2): 373-392.
- Nadine Puechguirbal 2010. 'Discourses on gender, patriarchy and Resolution 1325: a textual analysis of UN documents.' *International Peacekeeping* 17(2): 172-187.
- Heidi Hudson 2012. 'A double-edged sword of peace? Reflections on the tension between representation and protection in gendering liberal peacebuilding.' *International Peacekeeping* 19(4): 443-460.
- Mac Ginty, R. 2008. *Indigenous Peace-Making Versus the Liberal Peace*. Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association/Vol. 43(2): 139–163. © NISA 2008 www.nisanet.org /SAGE Publications, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore. www.sagepublications.com
- Straus, S. 2012. *Wars Do End! Changing Patterns Of Political Violence In Sub-Saharan Africa*. African Affairs, 111/443, 179–201. Published by Oxford University Press.
- Thompson, K. G. 2016. *Indigenous Transitional Justice In Perspective: The Case Of Mozambique*. Small Wars Journal. Copyright © 2018, Small Wars Foundation.
- Kalyvas, S. N. 2011. "New" And "Old" Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*/Volume 54/Issue 01/October 2011, Pp 99 – 118. Published Online: 13 June 2011.
- Waldorff, Pétur. (2008). *"New War" Theory in Africa: A Critical Examination*. McGill University.
- Huntington, S. *The Clash Of Civilization*. Foreign Affairs, Vol. 72, No. 3 (Summer, 1993), pp. 22-49 Published by: Council on Foreign Relations Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/20045621>.

Kaldor, M. 2006. *Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror*. Centre for the Study of Global Governance, London School of Economics, London WC2A 2AE, UK. *International Politics*, 2005, 42, (491–498). Palgrave Macmillan.

LITERATURA COMPLEMENTAR

Week 1:

- Santana, J. (2009). *A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (REVISTA TEMPO 1975-1985)*. Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* N° 4 dez./2009, 67.

Week 2:

- Ackerly, B. & Jacqui True, J. (2008). 'Reflexivity in practice: power and ethics in feminist research on International Relations.' *International Studies Review* 10(4): 693-707.

Week 3:

- Higate, P. (2012). 'In the business of (in)security? Mavericks, mercenaries and masculinities in the private security company,' in Annica Kronsell & Erika Svedberg (eds.) *Making gender, making war: violence, military and peacekeeping practices*. London: Routledge, pp. 182-196.

Week 4:

- Cockburn, C. (2014). 'Militarism', in Laura J. Shepherd (ed.) *Gender matters in global politics*, London: Routledge.

Week 6:

- Elisabeth Rehn, E. & Sirleaf, E. (2002). *Women, war, peace: the independent experts' assessment on the impact of armed conflict on women and women's role in peacebuilding*. New York: UNIFEM. Ch 1: Violence against women.
- Maria Eriksson Baaz & Maria Stern (2013) *Sexual violence as a weapon of war? Perceptions, prescriptions, problems in the Congo and beyond*, New York: Zed Books, pp. 42-63.

Week 7:

- Tatiana Moura, Sílvia Roque, Sara Araújo, Mónica Rafael e Rita Santos. *Invisibilidades da guerra e da paz: Violências contra as mulheres na Guiné-*

Bissau, em Moçambique e em Angola. p. 95-122.
<https://journals.openedition.org/rccs/240>;

Week 8:

- Hughes M, Tripp, A. (2015). Civil war and trajectories of change in women`s political representation in Africa, 1985-2010. *Social Forces*, Volume 93, Number 4, June 2015, pp. 1513-1540 (Article). Published by Oxoford University Press.

Week 10:

- Barnes, K. (2011). ‘The evolution and implementation of UNSCR 1325: an overview,’ in Funmi Olonisakin et al. (eds.) *Women, peace and security: translating policy into practice*. London: Routledge, pp. 15-33.

Week 11:

- Gibbings, S. (2011). ‘No angry women at the United Nations: political dreams and cultural politics of United Nations Security Council Resolution 1325.’ *International Feminist Journal of Politics* 13(4): 522-538.

Week 13 e 14:

- Parker, R. & Burke, A. (2017). ‘The United Nations and global security,’ in Anthony Burke & Rita Parker (eds.) *Global insecurity: futures of global chaos and governance*. London: Palgrave Macmillan, pp. 347-367.

PLANO ANALÍTICO DA DISCIPLINA

GÉNERO, PAZ E SEGURANÇA

Week 1

Introdução do Curso

- Connell, R. W. (n. d.). *Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena*. Faculty of Education and Social Work University of Sydney.
- Connell, R. W.; Messerschmidt, J. W. (2005). *Hegemonic masculinity: rethinking the concept*. *GENDER & SOCIETY*, Vol. 19 No. 6, December 2005 829-859, Published by: SAGE, <http://www.sagepublications.com>
- Ouzgane, L.; Robert Morrell, R. (2005). *African Masculinities: Men in Africa from the Late Nineteenth Century to the Present*. Published in 2005 by University of KwaZulu-Natal Press, pp 1-20. Private Bag X01, Scottsville 3209. South Africa

A Ideia do Gender e o seu contexto histórico (o “Gender” como uma construção)

- Moghadam, V. M. (2005). *Globalizing Women: Transnational Feminisms Networks*. The Johns Hopkins University Press.
- Auga, U. (2015). *Decolonizing Public Space: A Challenge of Bonhoeffer’s and Spivak’s Concepts of Resistance, ‘Religion’ and ‘Gender’*. *Feminist Theology* 2015, Vol. 24(1) 49–68. SAGE, fth.sagepub.com

Week 2

Gender, conceitos e teorias

- Patil, V. (2013). *From Patriarchy to Intersectionality: A Transnational Feminist Assessment of How Far We’ve Really Come*. Vol. 38, No. 4, *Intersectionality: Theorizing Power, Empowering Theory* (Summer 2013), pp. 847-867. Published by: The University of Chicago Press



Feminist methodologies

- Sandra Harding 1986. *The science question in feminism*, Ithaca: Cornell University Press, pp. 15-29.
- Lene Hansen 2014. ‘Ontologies, epistemologies, methodologies’, in Laura J. Shepherd (ed.) *Gender matters in global politics: a feminist introduction to International Relations*, London: Routledge, pp. 14-23.

Week 3

Post-colonial perspectives and security

-
- Anna M. Agathangelou & Heather M. Turcotte. 2014. 'Post-colonial theories and challenges to first world-ism,' in Laura J. Shepherd (ed.) *Gender matters in global politics*. London: Routledge.

Masculinities

- Hearn, Jeff. 2012. "Men/masculinities: war/militarism – searching (for) the obvious connections?" in Annica Kronsell and Erika Svedberg (eds.) *Making gender, making war: violence, military and peacekeeping practices*. London: Routledge, pp. 35-50.
- David Duriesmith 2017. *Masculinity and new war: the gendered dynamics of contemporary armed conflict*. London: Routledge.



Week 4

Feminist security studies

- Laura Sjoberg, "Introduction to *Security Studies: Feminist Contributions*," *Security Studies* 18 (2009): 183-213.
-

Week 5

Militarism

- Gusterson, Hugh. 2007. *Anthropology and Militarism*. Department of Sociology and Anthropology, George Mason University, Fairfax.
- Moran, Mary H. *Gender, Militarism, and Peace-Building: Projects of the Postconflict Moment*. Department of Sociology and Anthropology, Colgate University, Hamilton, New York 13346; 2010.
- Cynthia Enloe 2000, *Maneuvers: The international politics of militarizing women's lives*. Berkeley: The University of California Press, pp. 1-34.

Week 6

Sexual violence in peace and war

- Rashida Manjoo & Calleigh McRaith 2011. 'Gender-based violence and justice in conflict and post-conflict areas.' *Cornell International Law Journal* 44(1): 11-31.
- Lori Handrahan. 2004. 'Conflict, gender, ethnicity and post-conflict reconstruction', *Security Dialogue* 35(4): 429-442.



- Inger Skjelsbæk 2001. 'Sexual violence and war: mapping out a complex relationship.' *European Journal of International Relations* 7(2): 211-237.

Week 7

Paz E Resolução De Conflito

- D. Pankhurst. 2008. 'Post-war backlash violence against women', in D. Pankhurst (ed.) *Gendered Peace*, London: Routledge.



- L. Shepherd & C. Hamilton (2016) 'Gender and peacebuilding', in S. Sharoni et al. (eds.) *Handbook on Gender and War*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Ltd., pp. 467-482.
- Sanam Anderlini 2007. *Women building peace: what they do, why it matters*. London: Lynne Rienner Publishers.

Week 8

Feminist critiques of peacebuilding practice



- Sarah Smith. 2018. 'Gendered identities in peacebuilding', in Christine Agius & Dean Keep (eds.) *Making, displacing and disrupting identity: discourses, culture and politics*. Manchester: Manchester University Press.

Week 9

The problems with peacekeepers

- Sarah Smith. 2017. 'Accountability and sexual exploitation and abuse in peace operations.' *Australian Journal of International Affairs* 71(4): 405-422.
- Kathleen Jennings 2014. 'Service, sex and security: gendered peacekeeping economies in Liberia and the Democratic Republic of Congo.' *Security Dialogue* 45(4): 313-330.


Week 10

The UN's Women, Peace & Security Agenda

- Fritz, Jan Marie. 2010. *Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais*. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 340-353.
- Guerra, Lúcia Helena B. 2013. *Políticas E Programas Para Igualdade De Gênero Em Moçambique*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X.

Week 11

Critical perspectives on the WPS agenda

- Paul Kirby & Laura J. Shepherd 2016. 'The futures past of the Women, Peace and Security agenda.' *International Affairs* 92(2): 373-392.
- 
- Nadine Puechguirbal 2010. 'Discourses on gender, patriarchy and Resolution 1325: a textual analysis of UN documents.' *International Peacekeeping* 17(2): 172-187.

Week 12

Modelos De Construção De Paz E De Resolução De Conflitos (Paz Liberal e Paz Tradicional)

-
- Heidi Hudson 2012. 'A double-edged sword of peace? Reflections on the tension between representation and protection in gendering liberal peacebuilding.' *International Peacekeeping* 19(4): 443-460.
- Mac Ginty, R. 2008. Indigenous Peace-Making Versus the Liberal Peace. *Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association*/Vol. 43(2): 139–163. © NISA 2008 www.nisanet.org /SAGE Publications, Los Angeles, London, New Delhi and Singapore. www.sagepublications.com
- Thompson, K. G. 2016. Indigenous Transitional Justice In Perspective: The Case Of Mozambique. *Small Wars Journal*. Copyright © 2018, Small Wars Foundation.

Week 13 e 14

Perspectivas

- Straus, S. 2012. Wars Do End! Changing Patterns Of Political Violence In Sub-Saharan Africa. *African Affairs*, 111/443, 179–201. Published by Oxford University Press.
- Kalyvas, S. N. 2011. "New" And "Old" Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*/Volume 54/Issue 01/October 2011, Pp 99 – 118. Published Online: 13 June 2011.
- Waldorff, Pétur. (2008). *“New War” Theory in Africa: A Critical Examination*. McGill University.
- Huntington, S. *The Clash Of Civilization*. *Foreign Affairs*, Vol. 72, No. 3 (Summer, 1993), pp. 22-49 Published by: Council on Foreign Relations Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/20045621>.
- Kaldor, M. 2006. Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror. Centre for the Study of Global Governance, London School of Economics, London WC2A 2AE, UK. *International Politics*, 2005, 42, (491–498). Palgrave Macmillan.

Week 15

Seminário: Apresentação dos trabalhos finais

Week 16

Conselho de Notas e avaliação do Curso

Conclusão